

HOMEM, NATUREZA E CULTURA NO PERCURSO DA MODERNIDADE

Simpósio Internacional

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES




Foto: Castello Pirelli | Coffee House (Leuf, Reppeldt, Aguardo, N. Soares Ferreira, 1889), Il. Oitavo de Duas. Instituto de Santa Maria (Medeiros), etc. possivelmente a partir de André Travençolo, herbarário do Jardim de Luxemburgo, 1774. Biblioteca Nacional de Portugal, S.A., 2003-06-11.

HOMEM, NATUREZA E CULTURA NO PERCURSO DA MODERNIDADE

SYMPOSIUM INTERNACIONAL

7 e 8 JULHO 2016 BNP - SALA DE FORMAÇÃO

Le Caffe ou Cafier
ENTRADA LIVRE *Coffea arabica* Lam. Sp. Pl.
Arab. Caffe

Collegium de Vniuerso Reppeldt. I.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, CAMPO GRANDE, 83, LISBOA

+info: www.cham.fcsh.unl.pt

CHAM
Centro de Estudos
de Apoio e Apoio Social
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL
CULTURA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UID/HIS/04666/2013

Júnia Furtado

Universidade Federal de Minas Gerais

juniaff@gmail.com

O objetivo dessa comunicação é apresentar a maneira como José Pinto de Azeredo prescreve o uso do álcool (vinho e aguardente), do ópio, da quina (Água de Inglaterra, inclusive) e do coco no tratamento das febres e do tifo. Vinho e aguardente são componentes tradicionais nas receitas médicas galênicas, no entanto, a produção de aguardente a partir de produtos locais tanto na África, quanto no Brasil, como é o caso da cana de açúcar, promove uma distinção entre as bebidas do reino e da terra. Como e se essa distinção é operacionalizada por um médico atuando na África é uma das questões a ser enfrentadas. Nessa perspectiva, busca-se inquirir a forma como o ópio, a quina e o coco, produtos empregados como remédios em culturas não europeias – árabe, americana e africana respectivamente – são incorporados nos tratamentos das doenças observadas no hospital angolano.

Júnia Ferreira Furtado graduou-se em História na UFMG, onde é professora Titular de História Moderna. Mestre e doutora pela Universidade de São Paulo (USP) fez pós-doutorado na Universidade de Princeton (2000), onde foi professora visitante em 2001, e na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2008). Em 2011, foi outorgada com a Cátedra Joaquim Nabuco, concedida anualmente a um intelectual brasileiro de destaque na área de Ciências Humanas pelo Center for Latin American Studies, da Universidade de Stanford. Tem vários artigos e livros publicados, entre eles *“Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito”* (Companhia das Letras, 2003, Menção Honrosa *Casa de las Américas*, 2004 e traduzido para o inglês como *“Chica da Silva: a Brazilian slave of the Eighteenth”* - Cambridge University Press, 2009), e, mais recentemente, *“Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil”* (Ed.UFMG, 2012), cuja pesquisa recebeu o Prêmio Clarival do Prado Valadares, de 2011, e resultou no livro *“O mapa que inventou o Brasil”* (Odebrecht/ Versal, 2013) que ganhou o Prêmio Jabuti de 2014, ficando em primeiro lugar na categoria de Ciências Humanas.

Um olhar clínico dois séculos depois – Observando as Observações de José pinto de Azeredo

Pedro Abecasis

Faculdade de Ciências Médicas, Universidade NOVA de Lisboa

pedro@abecasis.name

Depois de uma abordagem genérica das patologias na Isagoge Patológica José Pinto de Azeredo vem desta vez desenvolver uma aproximação mais clínica baseada na sua experiência com os doentes que observou no Hospital Militar de Xabregas. Continua a manifestar os seus profundos e atualizados conhecimentos clínicos, a sua atitude de independência perante as autoridades médicas da época e uma abordagem dos doentes baseada nas alterações fisiopatológicas encontradas que permitem reconhecer duas formas de apresentação das febres contínuas: a sínoca e o tifo. A abordagem sindromática dos doentes com febre, proposta por Azeredo em 1800 é um modelo de reconhecimento de um conjunto de alterações sistémicas que, uma vez identificadas, vão orientar a sua atuação terapêutica. Alguns conceitos e definições clínicas, que foram desenvolvidos a partir da última década do século XX, encontram manifesta correspondência com este modo de abordar o doente com febre.

Pedro Abecasis é doutorado em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa. Ex Professor associado da mesma Faculdade, cadeira de Propedêutica Médica. Ex Professor catedrático de Patologia Médica da Universidade Atlântica. Chefe de Serviço de Medicina Interna da Carreira Médica Hospitalar

Estudar o homem no mesmo homem"- a propósito de algumas passagens azeredianas entre o físico e o moral

Manuel Silvério Marques

Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

m.marques46@gmail.com

Estudo aspectos e teorias das relações entre o físico e o moral a partir de alguns casos de delírio febril e de "tifo" de Colecção de Observações Clínicas (post.1804, edição em preparação) e de outros livros recentemente publicados da autoria de José Pinto de Azeredo. Procuro, a partir destas novas fontes historiográficas indispensáveis para o conhecimento da medicina moderna em Portugal, contextualizar e determinar o significado das suas formações discursivas sobre a doença, focando principalmente os sistemas nosológicos e os modelos pós-willisianos da actividade cerebral.

Manuel Silvério Marques é médico hematologia (Após). Investigador do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Têm-se ocupado ultimamente de aspectos da obra médica de José Pinto de Azeredo e de aspectos História e Filosofia da Medicina Moderna. Paralelamente colabora na defesa e ensino da chamada Medicina Narrativa no CEAUL, FLUL

Perceber o corpo pelos ouvidos: a invenção de Laënnec e as técnicas de escuta na prática da medicina

Nuno Fonseca

IFILNOVA/CESEM da FCSH/NOVA, pós-doc (FCT)

nunosmdafonseca@gmail.com (+351 917969970)

“Crepitações”, “sibilos”, “roncos”, “estalidos” ou “sopros” são termos que se tornaram comuns na prática da medicina e que, nesse contexto, descrevem acusticamente o estado em que se encontram certos órgãos do corpo humano. Este vocabulário foi, porém, introduzido relativamente tarde na História da Medicina, apenas depois de o médico francês René Laënnec ter inventado o estetoscópio, há 200 atrás, em 1816, e, mais importante ainda, depois de ter desenvolvido o método da auscultação mediata no diagnóstico de doenças pulmonares e cardíacas. Sendo certo que desde a antiguidade se mencionou e prescreveu a observação empírica atenta do paciente e até mesmo o uso dos ouvidos para procurar sinais ou sintomas de estados patológicos, só depois de Laënnec a auscultação passou a ser metódica e permitiu criar uma sofisticada semiologia ao serviço da prática clínica, abrindo ainda o caminho a outros meios de diagnóstico, não invasivos e também baseados em fenómenos acústicos (ecografia), que possibilitam atravessar um corpo opaco para revelar a sua morfologia interna. O rápido desenvolvimento tecnológico da imagiologia e de outros métodos de visualização e análise quantitativa do corpo parecem, hoje, pôr em causa o uso do estetoscópio e a ligação de proximidade que estabelece entre o médico e o paciente, mas a verdade é que este instrumento e esse gesto de auscultação ainda continua a ser uma imagem de marca da prática clínica.

O propósito desta comunicação é esclarecer as condições em que se tornou possível perscrutar o interior do corpo humano e criar uma semântica para o descrever, usando uma técnica de escuta tão acessível mas que revolucionou a prática da medicina e abriu a via a outras técnicas posteriores de percepção e representação médica do corpo baseadas na experiência acústica.

Nuno Fonseca (n. 1974) é actualmente investigador integrado do Instituto de Filosofia da Nova (Ifilnova) e do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM) da Universidade Nova de Lisboa, onde desenvolve o seu projecto de pós-doutoramento sobre questões ontológicas, epistemológicas e estéticas da experiência sonora, com o apoio de uma bolsa da FCT. Leccionou nos departamentos de Ciências da Comunicação e de Filosofia da FCSH-UNL, a disciplina de “Retórica e Argumentação” (2012-2014) e o

seminário “Arte e Experiência” (2012-2013). Licenciado em Direito (1998) e em Filosofia (2004) pela Universidade de Coimbra, concluiu, no ano 2012, o doutoramento em Filosofia do Conhecimento e Epistemologia, na Universidade Nova de Lisboa, com uma tese sobre questões da representação no pensamento do século XVII.

Bruno Barreiros

CHAM - FCSH/NOVA-UAc

bbarreiros@sapo.pt

Em diálogo com a antropologia cultural, a presente comunicação procura questionar o lugar do corpo, no século XVIII, face à ideia de natureza. Recorrendo a alguns textos médicos dos «grandes vultos» da medicina do tempo – médicos da Câmara Real, destacados Familiares e Qualificadores da Inquisição – procurar-se-á demonstrar que as representações do corpo aí patentes parecem subsidiárias de uma estrutura antropológica que, supostamente em declínio nos meios eruditos, surge numa espécie de inusitada fulgurância. Ora, neste tipo de estruturação, o corpo humano, longe de constituir uma realidade orgânica autónoma, é pensado como umbilicalmente ligado ao cosmos; porque poroso, é visto como atravessado por energias várias que circulam no universo; submetido à natureza, princípio de ordem e inteligibilidade, o corpo é regido por um código de analogias que cabe ao médico percrutar. O que procurarei demonstrar é que tal estruturação antropológica do corpo teve reflexos nas práticas terapêuticas, nas representações sociais da medicina e dos praticantes e conduziu à visão generalizada, largamente partilhada na época, de uma indistinção de fronteiras entre medicina oficial e saberes de índole popular.

Bruno Barreiros é Investigador Integrado do CHAM (FCSH, UNL-UAc), doutorado em história (FCT/UNL, 2014), tem publicado nas áreas da história do corpo, da medicina e da saúde pública. Dentre as suas publicações, destaca-se: *Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública* (Húmus, 2016). Neste momento, dedica-se ao estudo das práticas terapêuticas e representações da doença no período do Romantismo.

*Trópicos, doenças e império nos relatos de médicos e viajantes sobre o Brasil e a África
(1750-1846)*

Jean Luiz Neves Abreu

Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia

Membro do Scientia-UFMG

Pesquisador do CHAM - FCSH/NOVA-UAc

Jeanluiz.na@gmail.com

O propósito desse trabalho é apresentar uma reflexão sobre a produção do conhecimento médico sobre o Brasil e regiões da África produzidos por médicos e viajantes entre a segunda metade do século XVIII e XIX. Parte-se do princípio de que a ideia de trópico era um dos elementos identitários que uniam as possessões portuguesas do Brasil e da África. A partir do olhar dos agentes do Império português se constituíram diversas representações sobre o clima, os costumes e as práticas médicas indígenas desses domínios. Com isso, busca-se problematizar as relações entre a produção do conhecimento médico, a construção da saúde ligada à noção de corpo coletivo e as questões políticas ligadas à dimensão médico-sanitária.

Jean Luiz Neves de Abreu é Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Desenvolveu a pesquisa de doutoramento na Universidade Federal de Minas Gerais (2006) sobre as concepções sobre o corpo e a doença no contexto luso-brasileiro do século XVIII. Suas pesquisas atuais e trabalhos publicados versam sobre temáticas ligadas à história da saúde, a exemplo da recente pesquisa sobre as teses médicas do século XIX, além da continuidade de pesquisas sobre os tratados de medicina.

As Plantas Medicinais e o Tráfico Negreiro (1780 – 1810)

Edgar Teles

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa

edgaralexandrepintoteles@gmail.com

O objeto deste texto é, integrado numa visão de conjunto, problematizar a questão das plantas medicinais de Angola e seu uso hipotético para reduzir as taxas de mortalidade a bordo das embarcações que iam para o Brasil. No final do século XVIII, Portugal tem um período de prosperidade reconhecido, o qual dependia da manufactura. Dentro desta rede, e deste princípio, convém ver o papel da medicina, dentro de uma lógica económica e de como poderia beneficiar a mesma. Desta forma o texto em questão, tem como base a seguinte estrutura: historiografia da medicina colonial; o iluminismo e a saúde e a economia; o tráfico negreiro e a mortalidade; as plantas coloniais e a cultura de consumo de medicamentos no século XVIII; circuito hipotético de circulação. O trabalho que pretendo apresentar tem subjacente toda uma série de interações económicas e sociais e visa perspectivar, dentro de uma dinâmica económica, qual seria o papel das plantas medicinais angolanas.

Edgar Alexandre Pinto Teles, licenciado em História pela FLUL, e mestrando no curso de História variante História Moderna e dos Descobrimentos, aguardando a defesa da mesma.

A formação médica como meio de ascensão social e a inserção dos luso-brasileiros formados em Montpellier na saúde pública do Império português

Rafael Campos

CHAM - FCSH/NOVA-UAc, Investigador visitante / Capes, Bolsheiro de Doutorado

rafael_diascampos@hotmail.com

Esta comunicação procura relacionar diferentes aspectos de uma mesma questão: a formação médica em Montpellier por um grupo de luso-brasileiros em fins do século XVIII. As políticas de saúde vistas sob o prisma dos estudos imperiais, permitem perceber um complexo quadro de inter-relações sociais, onde o conjunto de estudantes oriundos da América portuguesa é fonte privilegiada tanto para a análise social das intenções e estratégias destes estudantes, quanto para a discussão das políticas públicas em saúde proporcionadas na América pela coroa lusa. As implicações do retorno destes estudantes para o Império tornam-se assim uma análise fundamental para se perceber importantes aspectos de como a medicina era vista pelos próprios agentes de cura e igualmente como era, e em que medida, constituída pelas autoridades. Nem todos destes estudantes “montpellerinos” exerceram a prática médica após a formação em Montpellier, mas muitos estiveram a atuar à serviço régio em setores então relacionados com as práticas de cura e saúde dos povos. O retorno para o Império português foi unânime, mas concentrações regionais em cidades portuárias, como Rio de Janeiro e Recife, permitem perceber interesses profissionais já discutidas pela historiografia da história da medicina, a concentração de físicos/médicos nos centros urbanos de maior proporção populacional. Outros elementos também estiveram presentes neste contexto, nomeadamente os envolvimento de alguns destes médicos em movimentos e discussões que procuravam destituir Portugal do controle daquelas terras; implicações ativas de um período que via a utilidade pública como essencial para o progresso dos povos, sendo a medicina um agente fundamental, mas que percebia algumas igualdades (a não se contabilizar os negros) como fundamentais para que estes progressos tivessem lugar. Deste modo, procuraremos discutir menos o que estes montpellerinos estudaram quando da formação em França e mais as relações médicas, sociais e políticas deste grupo de portugueses da América que trouxeram de França toda uma sorte de valores e interesses a se implementar em solo luso.

Rafael Campos é doutorando em História, Rafael Campos é investigador visitante do CHAM e bolsheiro Capes (Ministério da Educação, Brasil). Desenvolve investigações em

História da Ciência e Medicina, Iluminismo português e História da América portuguesa. Destaca-se suas recentes contribuições: “Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista” (História, Ciências, Saúde — Manguinhos) e “Ciência e controle imperial no Mato Grosso português” (Memorias - Universidad del Norte). Idealizou e organizou mostra na Biblioteca Nacional de Portugal acerca dos “Avisos ao público” de fins do século XVIII e princípios do XIX, a decorrer no primeiro bimestre de 2017.

Isabel Malaquias

Departamento de Física, CIDTFF, Universidade de Aveiro

imalaquias@fis.ua.pt

A segunda metade de setecentos assistiu à efervescência científico-filosófica em torno de vários conceitos emergentes e à redefinição de outros tidos como assentes, em particular: os quatro elementos da Antiguidade, o desenvolvimento da instrumentação científica, a emergência de novos fenómenos e suas interpretações, com ampla influência na formação, destacando-se centros médicos, como os de Edimburgo e Leiden. José Pinto de Azeredo (1764-1810), luso-brasileiro, filho de um cirurgião-mor de aquartelamento do Rio de Janeiro, apresenta-se egresso do Brasil e aluno de medicina em Edimburgo. A sua ambientação ao país onde vai desenvolver a sua formação médica é digna de nota, tendo tido como mestres luminárias como Alexander Monro (II), em Medicina, Anatomia e Cirurgia, ou o médico e químico Joseph Black, entre outros. Aprendiz de novas ideias e experiências, irá reflecti-las na sua actividade médica e pedagógica, quando, já doutorado por Leiden, virá assumir, por designação de D. Maria I, funções de físico-mor com o encargo de estabelecer uma escola médica em Luanda, para o que requereu algum tempo prévio de exercício da medicina na sua cidade de nascimento. Será no Rio de Janeiro que fará, muito provavelmente pela primeira vez em terras do novo mundo, testes sobre a salubridade do ar, em consonância com as novidades aprendidas, os quais foram objecto de publicação no “Jornal Encyclopédico, dedicado à Rainha Nossa Senhora”. O papel de Azeredo enquanto veículo da circulação de saberes entre a modernidade europeia e o Brasil-Angola e de novo Portugal adivinha-se hoje com maior evidência após os estudos realizados sobre a sua obra médica relativa ao ensino de determinadas matérias, produzidas em datas posteriores ao estudo do ar do Rio de Janeiro (1790). Nelas perdura, por exemplo, uma apropriação de conceitos novos sobre questões do calor e da respiração, com sentido crítico implicado pelas suas observações e prática clínica, não se fixando na discussão teórica de partidários de uma ou outra teoria, quando em confronto. Os alunos a quem destinou os seus escritos terão beneficiado, também deste modo, da moderna formação europeia adquirida por José Pinto de Azeredo.

Isabel Malaquias é Professora Associada da Universidade de Aveiro, Departamento de Física e pertence ao Centro de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores. É

doutorada em Física (História e Filosofia da Física) com uma tese sobre “*A obra de João Jacinto de Magalhães no contexto da ciência do século XVIII*”. Os seus interesses de investigação incidem sobre a história da ciência nos séculos XVIII-XIX-início do século XX, os instrumentos científicos antigos de Física e Química (nomeadamente de escolas secundárias portuguesas) e o ensino da Física. A correspondência científica de J. J. de Magalhães tem marcado a sua actividade científica, estando em publicação (com Roderick Home e Manuel Fernandes Thomaz). Com Vítor Bonifácio tem-se debruçado sobre os astrónomos amadores portugueses e a história da astronomia em Portugal. Tem publicado extensivamente sobre história das ciências nos séculos XVIII e XIX, destacando, em 2015, “Echoes from the reception of periodic classification in Portugal”, in Masanori Kaji, Helge Kragh, Gabor Pallo (Eds.) *Early Responses to the Periodic System*. USA: OUP.

Uma antropologia da carne de outro modo que Ser Da Humanitas ao humanismo do outro homem

Nilo Ribeiro Junior

Departamento de Filosofia da FAJE-Belo Horizonte

prof.ribeironilo@gmail.com

Essa reflexão visa debruçar-se sobre a problemática da carnalidade como categoria antropológica fundamental para a compreensão de nossa humanidade, levando-se em conta o ineditismo da intriga entre subjetividade e alteridade. Ancorado na facticidade da existência humana assignada pela “proximidade de outrem que vem de alhures”, pretende-se verificar como a linguagem que a própria relação se dá, permite evocar a significância da humanidade do homem no contexto da filosofia contemporânea. Isso, porém, sem que a tradução, o discurso ou o dito filosófico – da humanidade encarnada – traia o Dizer, obnubilando o Sentido ético dessa significação que está na gênese daquilo que, nesse trabalho, será identificado como uma *antropoética para além da Essência*.

Nilo Ribeiro Junior é Doutor em Ética teológica pela FAJE - Faculdade Jesuita de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte; Doutor em Filosofia pela UCP - Braga, Portugal; Pós-doc em Filosofia pela UCP, Braga, Portugal. Professor de filosofia da UNICAP - Univ. Católica do Recife; da FAJE em Belo Horizonte. Líder do Grupo de Pesquisa pelo CNPQ: Fenomenologia e Arqui-genealogia do Corpo; Líder do Grupo de Pesquisa: Lévinas e Alteridades. Dedicou-se ao ensino e pesquisa da filosofia e fenomenologia do corpo, da ética filosófica e filosofia da religião nos autores: Emmanuel Lévinas, Michel Henry, Merleau-Ponty, Jean-Luc Nancy e Michel Foucault.

Michel Henry: Uma Visão Religiosa do Humano

Ana Paula Rosendo

CEFI / CHAM - FCSH/NOVA-UAc

Ana.p.rosendo@gmail.com

Para Michel Henry o esquecimento da essência equivale ao esquecimento da nossa condição de filhos. E isto resulta num apego excessivo ao «mundo» originador das eternas crises antropológicas, as eternas crises de identidade inerentes à condição humana. Pretendemos fazer uma reflexão sobre o estatuto transcendental da crença e da sua possível diferenciação relativamente à intencionalidade, a partir do texto «Qu'est-ce qu'une révélation ?» de Michel Henry.

Ana Paula Rosendo é investigadora integrada do Cefi (Centro de Estudos de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa- Lisboa) e colaboradora do CHAM (Centro de História da Cultura e Centro de História de Aquém e Além Mar) da Universidade Nova de Lisboa.

Encontra-se atualmente a terminar a sua tese de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa. A sua investigação centra-se no pensamento do filósofo e fenomenólogo Michel Henry; tendo como objetivo articular a sua proposta teórica a uma *praxis* comunitária.

É Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e licenciada em Filosofia pela mesma Universidade.

É professora de Filosofia e de Psicologia no ensino secundário há mais de duas décadas.

A empatia é natural?

Nuno Miguel Proença

CHAM - FCSH/NOVA-UAc

nunomiguelproenca@gmail.com

A investigação sobre a empatia é comum a várias disciplinas e diz igualmente respeito à filosofia. As ciências comportamentais identificam quatro aspectos da empatia: 1) *a partilha afectiva*, que reflecte a capacidade em nos tornarmos afectivamente despertados pela valência e a intensidade das emoções dos outros; 2) *a compreensão empática*, que inclui um estar a par das emoções dos outros, de forma consciente; 3) *a implicação empática*, que refere à motivação para cuidar do bem estar de alguém ; 4) *a empatia cognitiva*, semelhante à mudança de perspectiva ou à elaboração de uma teoria da mente alheia e entendida como habilidade de se pôr na mente de outro indivíduo e de imaginar o que está a pensar ou a sentir. Como habilidade fundamental do sistema motor para ressoar ao perceber os outros, a empatia dá-nos um meio primário pelo qual os compreendemos e pode ser considerada como uma forma básica de inter-subjectividade que a vida cultural requer.

Reencontrando as teses sobre a *Einfühlung* (presentes nos trabalhos de filósofos como Lipps ou Vischer), a investigação recente sobre os neurónios espelho deixa entender que a empatia emocional é uma realidade intersubjectiva presente em quase todos os aspectos da nossa experiência perceptiva do mundo. Criando uma continuidade entre o mesmo e o outro (animado ou inanimado, humano ou “mais que humano”, para dizer como David Abram) e permitindo-nos entender as acções, os movimentos e os gestos alheios, a empatia - ao estar ligada à habilidade de inferir as emoções, as intenções, os intuítos, as crenças, as expectativas e os estados mentais de outrem – parece igualmente assegurar uma continuidade entre uma disposição constituinte inata e as formas culturais e históricas que a revelam. Mas será por isso simplesmente natural?

Nuno Miguel Proença é pós-doutorando no CHAM da Universidade NOVA de Lisboa. Foi membro dos grupos de investigação «Medicine and Narrative – (Con) texts and interdisciplinary practices (PTDC/CPC/ELT/3719/2012), Poetics of Selfhood: memory, imagination and narrativity (PTDC/MHC-FIL/4203/2012) e colaborador dos grupos de investigação «Filosofia, Medicina e Sociedade (PTDC/FIL/64863/2006) e «O conceito de natureza no pensamento médico-filosófico na transição do século XVII ao XVIII»

(PTDC/FIL-FCI/116843/2010). Para além de artigos e capítulos de livros, publicou *Qu'est-ce que l'objectivation en psychanalyse?* (L'Harmattan, Paris, 2008), *Wittgenstein, a prova e a actividade matemática: uma introdução* (Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, 2009) e *Imitação das Horas* (Palimage, Coimbra/Visu, 2005).

Repensar os pressupostos: será a inteligibilidade uma leitura cultural da natureza e do mundo?

Ângela Lacerda Nobre

CEFI / CHAM - FCSH/NOVA-UAc

lacerda.nobre@gmail.com

modernidade apresenta-se como um conceito contextualizado em termos cronológicos e geopolíticos. Contudo, é possível repensar estes pressupostos com base numa abordagem da cultura que coloque em causa as questões ligadas à racionalidade, à inteligibilidade e à intencionalidade. Novas leituras do fenómeno cultural, incluindo a questão ligada às suas origens, em termos antropológicos, e à sua realidade contemporânea, em termos epistemológicos, levam-nos a explorar perspectivas positivas e, até, eventualmente, cobertas de um optimismo infantil sobre o papel da cultura nas sociedades actuais e da sua importância para o desenho das sociedades futuras. O movimento do Novo Renascimento representa este desafio, que congrega oportunidades e que procura responder às ameaças ligadas a toda e qualquer mudança cultural. A era de transição civilizacional que testemunhamos, como acontece na actualidade, obriga e suscita a arriscar novas leituras da realidade, mesmo que de forma frágil e titubeante. A sua autoridade e a legitimidade virão *a posteriori*, da eventual concretização de profecias exploratórias e encantatórias. Afinal, é este avanço e busca de respostas a interrogações em aberto que caracteriza a natureza humana desde as suas origens. Assim, o presente trabalho propõe-se repensar os pressupostos sobre as seguintes questões: será possível interpretar a inteligibilidade como uma manifestação da cultura? Manifestação esta que se constitui como uma leitura da natureza e do mundo? Daí ser possível afirmar-se que o ser humano é um ser constitutivamente cultural? Perante estas questões, o fenómeno da modernidade pode ser explorado através de novos ângulos de análise e de interpretação.

Ângela Lacerda Nobre, nascida em Lisboa, em 1960, tem uma formação académica diversificada, incluindo as áreas de enfermagem, economia, gestão, sistemas de informação, filosofia, psicanálise e semiótica. É Professora Adjunta na Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, desde 1998. É investigadora do Centro de Estudos de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa desde 2009. O título do seu doutoramento, de 2010, é *Semiotic Learning: a conceptual framework to facilitate learning in knowledge-intensive organisations*.

O fundamento antropológico da Historiologia Médica de José Rodrigues de Abreu

Luís Manuel Bernardo

CHAM - FCSH/NOVA-UAc

blmav@fcs.unl.pt

Depois de ter renunciado a uma medicina assente no comentário dos textos consagrados pela tradição, que lhe fora transmitida ao longo do Curso na Universidade de Coimbra, em virtude da prática acumulada nos barcos que faziam a viagem para o Brasil, bem como pelo exercício da clínica em situações adversas, com as quais se deparou nesse território, do Rio de Janeiro a Minas Gerais, José Rodrigues de Abreu (Évora, 1682 – Lisboa, depois de 1782) descobre, como tantos outros na Europa, a teoria de Georg Ernst Stahl (Ansbach, 1659 – Berlim, 1734), professor, químico, médico e autor prolífico em defesa de uma nova versão vitalista, sobre a qual polemicou com Gottfried Wilhelm Leibniz (Leipzig, 1646 – Hanover, 1716). Esta aparece-lhe como a resposta adequada quer às exigências da prática, quer aos requisitos de fundamentação epistemológica, quer ao conjunto de questões filosóficas que uma medicina holística não pode evitar. O seu livro *Historiologia Médica* (1733-1752), em dois volumes, expõe-na, com o propósito explícito de introduzi-la no contexto nacional, comenta-a e explicita as razões principais para a sua adoção, em detrimento da iatromecânica, revelando, dessa feita, tanto o aparato filosófico na base dessa preferência, quanto um modo próprio de levar a cabo a sua receção, de acordo com as idiossincrasias da Ilustração portuguesa. Com esta comunicação pretendemos identificar essa sua conceção do que cabe à medicina, da maneira como o homem está constituído, do que deve entender-se por natureza, que atravessa e sustenta as considerações teóricas, históricas, metodológicas e casuísticas, verificar como nela circulam algumas das ideias e controvérsias inscritas na agenda científica da época e reconhecer a sua pertença a um dos paradigmas epistemológicos da Medicina.

Luís Manuel Bernardo é Professor do Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tem leccionado, investigado, dirigido e avaliado trabalhos nas áreas da Filosofia do Conhecimento, da Filosofia da Cultura (incluindo a Filosofia da Educação e a Filosofia e Cultura em Portugal), da Filosofia Moral e Política. Tem desempenhado vários cargos de gestão, sendo, actualmente, membro do Conselho da Qualidade do Ensino da NOVA, membro do Conselho Pedagógico da FCSH, Responsável pelo Sistema de Garantia de Qualidade do Ensino da FCSH,

Coordenador departamental da Mobilidade e Coordenador dos 2.ºs Ciclos em Filosofia e em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário da FCSH. Investigador do grupo de Pensamento Moderno e Contemporâneo e Subdirector do CHAM, com o pelouro das edições e bibliotecas, é igualmente, co-director da Cultura-Revista de História e Teoria das Ideias. Interessa-se particularmente pelo modo como determinados textos dos Séculos XVIII e XX contribuíram para definir o sentido da Modernidade. Mais informações, incluindo a lista das principais publicações, podem ser consultadas em http://www.cham.fcsch.unl.pt/invdet.aspx?inv=LB_0303.

Natureza/naturezas - contributos espinosanos para uma antropologia pós-humana

Maria Luísa Ribeiro Ferreira

Universidade de Lisboa

e.mail: luisarife@sapo.pt; site: <http://luisarife.wix.com/site>

Abordaremos o conceito de natureza em Espinosa, nas suas diferentes acepções. Para além da Natureza Naturante analisaremos o modo como o filósofo considera a natureza humana, a natureza feminina e a natureza animal. Contrastaremos a sua antropologia descentrada com o modelo dominante na modernidade em que o homem é ponto de partida para se pensar o Universo. Concluiremos com uma aproximação da mundividência espinosana relativamente às teses da filósofa contemporânea Rosi Braidotti, no que respeita à naturalização do homem e à reintegração deste no Todo, enquanto sua parte.

Maria Luísa Ribeiro Ferreira é Professora Catedrática (Aposentada) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde leccionou Filosofia Moderna, Didáctica da Filosofia, Filosofia da Natureza e do Ambiente, Filosofia do Espaço Público, Filosofia de Género. Tem publicado inúmeros artigos em revistas de especialidade e em colectâneas de textos. Última publicação (c/ Fernanda Henriques, coord.) *Marginalidade e Alternativa. Vinte e Seis Filósofas para o século XXI*, Lisboa, Colibri, 2016. Para além deste livro publicou mais trinta, individualmente ou como coordenadora, nas áreas de Didáctica da Filosofia, Filosofia de Género, Filosofia Moderna (nomeadamente sobre Espinosa). É membro do Centro de Filosofia da Univ. de Lisboa, do GT Benedictus de Spinoza, da Universidade Estadual do Ceará, Brasil; do Seminário Spinoza, Espanha; da Association des Amis de Spinoza, França; e da Accion Integrada Hispaña-Portugal, Leibniz. Pertence aos corpos directivos da Sociedade de Ética Ambiental. Integra a Direcção do Conselho Científico da Universidade Católica Portuguesa e é Coordenadora da área de Filosofia na mesma Sociedade.